



PROJETO DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA DE UBÁ/MG

Autores/as: Gisely Peron Gasparoni (Prefeitura Municipal de Ubá; giselyperongasparoni@gmail.com); Renata Carneiro Rocha (Prefeitura Municipal de Ubá; recarneirocha2@gmail.com); Júlio César Pereira Ribeiro (Prefeitura Municipal de Ubá; juliocesarstuart@gmail.com); Rafael Junio Rombardi da Silva (Universidade Federal de Viçosa; rafael.rombardi@ufv.br); (Pode 8 autores)

Em 2006 criou-se a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que institui o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), promove a SAN e incorpora os princípios do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA). Desta forma aponta-se:

“A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (Art. 3º da Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006 – LOSAN).

A agricultura familiar no Brasil é responsável por grande parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros (Souza, Sabioni e Lima, 2021). A disseminação do uso de agrotóxicos implica sérias questões ambientais e de saúde pública. Os trabalhadores rurais, notadamente os da agricultura familiar, constituem o grupo mais vulnerável a problemas de saúde devido à exposição direta a pesticidas (IPEA, 2020).

A agroecologia deve ser compreendida como ciência e prática interdisciplinar que considera não só o conhecimento científico advindo das Ciências Agrárias, da Saúde, Humanas e Sociais, mas principalmente as técnicas e saberes populares (dos povos tradicionais) que incorporam princípios ecológicos e tradições culturais às práticas agrícolas gerando uma agricultura sustentável e promovendo a saúde e a vida digna. Tem como princípios fundamentais a solidariedade, sustentabilidade, preservação da biodiversidade, equidade, justiça social e ambiental, soberania e segurança alimentar e nutricional (INCA, 2022).

O tema “agrotóxicos e saúde” está imerso em um contexto socioambiental subordinado a forças motrizes do modelo desenvolvimentista brasileiro, que se caracteriza



por uma intensa expropriação e concentração de terras, permeado por enormes custos sociais e ambientais, advindos da superexploração de riquezas naturais e por processos tecnológicos que, ao longo das décadas, têm se mostrado insustentáveis. Observa-se também um processo de urbanização desregrado, determinando a proliferação de vetores que participam da cadeia transmissora de diversas endemias e epidemias. Os modelos de controle desses agravos centrados no vetor são equívocos perpetuados por uma velha saúde pública, que utiliza produtos químicos (agrotóxicos) sem alcançar a efetividade desejada e submetendo-se ainda ao lobby biotecnológico para adoção de insetos de Organismos Geneticamente Modificados (OGM), sem promover mudanças estruturais efetivas (FIOCRUZ, 2018).

Para reverter este cenário, recomenda-se a elaboração de políticas públicas transversais de educação ambiental que tenham como foco a formação e a divulgação do papel da agroecologia para a saúde humana e para a preservação do meio-ambiente. Portanto, destaca-se que as políticas públicas de educação ambiental, segurança e soberania alimentar, bem como aquelas de incentivo à produção agrícola de base agroecológica, devem ser urgentes (Oliveira et al, 2020).

O PTA de Ubá tem objetivos direcionados a fomentar a agricultura familiar com base em práticas agroecológicas e contribuir para fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS) de maneira permanente em Ubá e região.

Pensou-se em promover a adesão à práticas agroecológicas em detrimento da desconstrução das práticas de cultivo convencional para agricultores familiares de Ubá e microrregião inscritos na Seção Segurança Alimentar e Nutricional de Ubá/MG (SSAN) por meio do ação denominada Projeto de Transição Agroecológica de Ubá – PTA. Este projeto teve início por meio de uma atividade de extensão das acadêmicas de nutrição Marcela Martins Soares e Mariana Juste Contin Gomes em estágio no Banco de Alimentos de Ubá, em setembro, 2015. O alvo da atividade foram agricultores familiares de Ubá/MG e microrregião inscritas na SSAN. Para tal, foram realizados contatos prévios com as famílias de agricultores para triar as que se disponibilizarem a participar do estudo. Os dados foram coletados em entrevistas na SSAN por meio da aplicação de um questionário semi-estruturado a fim de avaliar o consumo de agrotóxicos. A análise dos resultados obtidos apontaram a necessidade de implementação de ações destinadas a mudança dos hábitos de



uso de agrotóxicos pelos agricultores familiares participantes. A mobilização inicial foi realizada por meio de uma palestra que envolveu agricultores, gestores públicos de Ubá/MG e parceiros. Durante a execução, os resultados parciais são acompanhados de forma participativa pelos membros do projeto, incluindo gestores, parceiros e agricultores familiares.

As capacitações e elaboração de documentos orientadores são parte da execução e são resultantes de construções coletivas. Os encontros são itinerantes e acontecem no meio rural, ou seja, nas propriedades rurais participantes do projeto. Todas as atividades possuem registros fotográficos, atas e listas de presença. Todas as capacitações contaram com materiais de apoio elaborados pelos ministrantes. A certificação em agroecologia é um das metas do grupo do PTA.

Os resultados esperados com o desenvolvimento deste projeto são continuados, incluindo aspectos de saúde e qualidade de vida, econômico e social. Observou-se do ponto de vista qualitativo, a mudança na conjuntura de cultivo na agricultura familiar em Ubá e microrregião, onde as propriedades rurais bem como famílias de agricultores familiares envolvidas foram beneficiadas com sua execução e aderiram às práticas agroecológicas, adotando-as como alternativas para um cultivo limpo e promotor de saúde e nutrição. Espera-se ainda a redução dos agravos a saúde ocasionados pelo uso de agrotóxicos tanto para agricultores quanto os consumidores.

Por meio das ações de capacitação continuada realizadas, os agricultores foram sensibilizados e isso culminou em uma boa adesão às práticas alternativas de cultivo. Os membros do PTA conseguem escoar seus cultivos de forma diferenciada e organizada por meio de uma Feira de Transição Agroecológica – FTA, resultante do projeto, inaugurada em 11 de dezembro de 2015 e que durante a pandemia teve sua modalidade adaptada para “delivery”. O grupo é promotor da agroecologia. A trajetória do grupo soma 88 encontros presenciais itinerantes. Os documentos elaborados servem como ferramentas norteadoras para replicação do projeto em outras unidades gestoras e municípios. Ademais, a atividade contribui para fortalecimento da SAN e a promoção do DHAA em Ubá e microrregião. Com o Projeto de Transição Agroecológica aprimoramos as ações de SAN desenvolvidas pela Seção de Segurança Alimentar e Nutricional de Ubá/MG.



Por fim, com o projeto em questão, busca-se a cooperação com a comunidade e o fortalecimento da SAN nacional. A oportunidade deste relato visa contribuir para uma estruturação mais limpa para a agricultura nacional e motivar ações semelhantes. Desenvolver habilidades de gestores públicos e atores da SAN para esse contexto é imprescindível.

Referências bibliográficas:

INCA: Instituto Nacional de Câncer. Agrotóxico.2022. Disponível em:<
[https://www.inca.gov.br/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente/agrotoxicos.](https://www.inca.gov.br/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente/agrotoxicos)> Acesso em 16 de jun. 2024.

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Nota Técnica: N°65/2020.

FIOCRUZ: Fundação Osvaldo Cruz. Agrotóxicos e Saúde: Coleção Saúde, Ambiente e Sustentabilidade. 2018.

FONTELLES et al. Metodologia da Pesquisa Científica: Diretrizes para Elaboração de um Protocolo de Pesquisa. Núcleo de Bioestatística Aplicado à Pesquisa da Universidade da Amazônia - UNAMA. Belém, 2009.

LEI ORGÂNICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – LOSAN.
|Disponível em: < [http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional.](http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional)> Acesso em 17 jun. 2024.

OLIVEIRA, M. A. J. et al., | Revista Macambira, v. 4, n.2, jul/dez 2020.

SOUSA, C.S.; SABIONI, S.C.; LIMA,F.S.Agricultores Multiplicadores de. agricultura Sustentável. Agroecologia: Métodos e técnicas para uma agricultura sustentável, v.1, n.1, p.13-25,2021.

Palavras-chave: Agroecologia, Agricultura familiar, Segurança Alimentar e Nutricional.

Fonte(s) de financiamento/apoio: Financiamento Municipal

Conflito de interesses: “Não há conflito de interesse a declarar.”